**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 227, DE 14/07/2011
LEI N.º 1165, de de dezembro de 2002.**

**Institui a Coleta Seletiva de Lixo no
Município de Palmas e dá outras
providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a promover o aproveitamento do lixo coletado na cidade e nos distritos de Palmas, estabelecendo-se a Coleta Seletiva de Lixo conforme especificações:

- I - lixo orgânico, para transformação em fertilizantes;
- II - lixo reciclável, para encaminhamentos às indústrias de reciclagem;
- III - resíduos da construção civil, para utilização em pavimentação e construção de encostas, produção de areia, pedriscos e brita, fabricação de blocos, bloquetes e canaletas de concreto que serão utilizados na construção de casa populares no Município.

Art. 2º Entende-se por Coleta Seletiva de Lixo a separação do lixo orgânico do lixo inorgânico.

Art. 3º A Coleta Seletiva de Lixo deverá ser feita observando-se os princípios da redução, reutilização e reciclagem, com funcionamento de Pontos de Entrega Voluntárias de Materiais recicláveis instalados em pontos da cidade, tais como:

- I - shopping's;**
- II - escolas;**
- III - supermercados;
- IV - igrejas;
- V - órgãos públicos;
- VI - universidades;
- VII - áreas reservadas;
- VIII - parques;
- IX - postos de combustíveis;
- X - orla do Rio Tocantins.

Art. 4º São materias recicláveis:

- I - vidro;
- II - papel;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

III - jornal;
IV - papelão;
V - lata;
VI - roupa;
VII - plástico;
VIII - alumínio;
IX - embalagem em geral;
X - resíduos da construção civil.

Art. 5º São materiais orgânicos:

I - restos de comidas;
II - restos de jardinagens, plantas e árvores em geral.

Art. 6º Para assegurar a efetivação da Coleta Seletiva de Lixo, serão utilizadas técnicas genericamente classificadas em:

I - acondicionamentos seletivos na fonte geradora;
II - centros de triagem;
III - unidades de tratamento de lixo;
IV - encaminhamentos às indústrias recicladoras através de venda direta ou via intermediária.

§ 1º As unidades de tratamento do lixo serão operadas por cooperativas, associações ou outras entidades do terceiro setor ligadas a trabalhadores de coleta de recicláveis de Palmas.

§ 2º Para a organização de cada unidade de tratamento de lixo, será realizado, com antecedência, treinamento de todo grupo envolvido no processo, objetivando dotá-lo de informações sobre matérias-primas com as quais irão lidar e os aspectos de sua comercialização.

§ 3º O Poder Executivo Municipal fará o acompanhamento de cada uma dessas unidades.

Art. 7º Fica estabelecida a obrigatoriedade da construção de área reservada para fins de Coleta Seletiva de Lixo nas áreas especificadas:

I - quadras residenciais;
II - quadras comerciais;
III - quadras industriais;
IV - quadras mistas;
V - condomínios fechados com mais de seis unidades;
VI - edifícios residenciais e comerciais;
VII - parques;
VIII - orla do Rio Tocantins;
IX - postos de combustíveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Parágrafo único. As áreas reservadas, de que trata este artigo, destinadas à Coleta Seletiva de Lixo, deverão ser divididas e conter recipientes específicos para depósito de lixo orgânico e lixo inorgânico.

Art. 8º Para mobilização e sensibilização, na promoção da consciência e do espírito de preservação ambiental, deverá, a comunidade, ser orientada para a separação dos materiais através de cartilhas, panfletos, rádio, televisão, jornais, carros de som, folhetos informativos e outros.

Art. 9º Para a realização da Coleta Seletiva de Lixo, não será necessário ter cada tipo de material em um saco diferente, basta separar os recicláveis num saco os não recicláveis em outro.

Art. 10. A Coleta Seletiva de Lixo será dividida em equipes, tais como:

I - equipe de educação ambiental, responsável pela planificação e desenvolvimento;

II - equipe operacional, responsável pela execução.

Art. 11. A Coleta Seletiva de Lixo nas Escolas Municipais terá a seguinte finalidade:

I - tornar o reaproveitamento dos materiais uma prática constante entre os administradores públicos e os estudantes;

II - ser parte de um programa de educação ambiental a ser instituído pelas escolas pública municipais, visando à formação e difusão de uma consciência ecológica na sociedade;

III - obter os benefícios sociais da prática de reciclagem, tanto no sentido de economizar energia e insumos, quanto na preservação do ecossistema.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a instalar nas escolas municipais recipientes para a Coleta Seletiva de Lixo.

Art. 13. Para o recolhimento do lixo inorgânico, será instalado recipientes contendo, cada um, inscrições que especifiquem o tipo de material a ser coletado.

Art. 14. Nenhum ônibus, interligado ou não ao sistema de transporte coletivo de Palmas, circulará sem que sejam mantidos, no seu interior, pelo menos dois depósitos de lixo, para atender ao público usuário.

§ 1º Um desses depósitos será colocado junto à porta da frente e o segundo junto à porta detrás em lugar de fácil acesso público, onde as pessoas possam colocar lixo orgânico e inorgânico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

§ 2º As despesas com esse tipo de serviço correrão por conta das concessionárias de transportes existentes em Palmas.

§ 3º O Executivo Municipal, através do seu órgão competente, adotará as providências necessárias para a fiscalização devida dos ônibus em circulação na Capital, inclusive, e com prioridade, na coleta de denúncias formuladas pelos usuários.

§ 4º Em caso de coletivos flagrados sem depósito de lixo, as concessionárias serão multadas em 60 UFIR's, por cada veículo flagrado.

Art. 15. Depósitos de lixo deverão ser colocados em todos os terminais e paradas de ônibus com cores diferentes para diferenciar os lixo orgânico dos de lixo inorgânicos.

§ 1º O Executivo Municipal manterá contatos para a realização de convênios, com outros órgãos públicos ou privados para manutenção desse serviço.

§ 2º Os espaços em tais depósitos serão utilizados, com prioridade, para dar publicidade às campanhas sociais, especialmente na área de saúde, educação e meio ambiente.

~~**Art. 16.** O lixo dos estabelecimentos comerciais e industriais deverão ser acondicionado em vasilhames adequados e projetados pelo órgão competente da Prefeitura.~~

~~*Parágrafo único.* O lixo, a que se refere este artigo, não poderá ser colocado em sacos ou caixas e depositados nas calçadas.~~

Art. 16. Deverão ser acondicionados em vasilhames adequados e projetados pelo órgão competente do município de Palmas os lixos dos: [\(Redação dada pela Lei nº 1.891, de 2012\).](#)

I - condomínios residenciais em lotes multifamiliares;

II - estabelecimentos comerciais;

III - estabelecimentos industriais.

Art. 17. Aos infratores das disposições do artigo anterior, sem prejuízo de outras sanções, serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

§ 1º O infrator será previamente advertido, sendo intimado a trocar o recipiente onde foi depositado o lixo por outro adequado no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 2º Nos casos em que o infrator não atender aos termos da notificação de advertência, serão aplicadas multas de 30 (trinta) a 500 (quinhentas) UFIR's ou o equivalente que venha substituí-la, de acordo com ato do Setor de Fiscalização da Prefeitura de Palmas, conforme a gravidade de infringência.

§ 3º O infrator deverá recolher aos cofres do Município o valor correspondente à multa dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua aplicação.

§ 4º O comprovante do recolhimento da multa deverá ser apresentado ao órgão expedidor nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes a sua quitação, ou no primeiro dia útil subsequente, sob pena de sua inscrição em dívida ativa.

§ 5º O pagamento de multa não exonera o infrator do uso adequado dos vasilhames.

§ 6º No caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

§ 7º No caso de aplicação de multas, caberá recursos no Setor de Fiscalização do Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação.

Art. 18. Os recursos arrecadados com multas previstas nesta Lei serão destinados à construção de unidades de Tratamento de Lixo.

Parágrafo único. Ato do Executivo Municipal criará um Fundo Municipal para o fim disposto neste artigo, inclusive para aplicação de recursos provenientes de outras fontes financeiras.

Art. 19. Caberá ao Executivo Municipal incluir na previsão orçamentária anual as despesas decorrentes de aplicação desta Lei.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos dias do mês de dezembro de 2002, 14º ano da criação de Palmas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

NILMAR GAVINO RUIZ
Prefeita de Palmas